



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 8 – Número 469 - 27/07 a 31/07/2026

Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- e-Social
- Outras Notícias
- Atos Normativos
- Dados estatísticos do TST

Destaque da Semana

[Dia Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho: Brasil registrou mais de 27 mil mortes nos últimos 10 anos](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/07/2026

Todos os dias milhares de brasileiras e brasileiros saem de casa para trabalhar com o desejo de voltar em segurança para suas famílias, mas a realidade mostra que os acidentes de trabalho ainda fazem parte da rotina de diversos setores.

Em 2025, o Brasil registrou o maior número de acidentes e mortes no trabalho da série histórica. Foram 806.011 acidentes e 3.644 óbitos, segundo estudo da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Entre 2016 e 2025, o país acumulou 6,4 milhões de acidentes e 27.486 mortes. O setor de saúde lidera o número de acidentes, com quase 633 mil ocorrências, revelando um alto custo humano para cuidar da vida alheia em ambientes marcados pela sobrecarga e precarização.

Já o setor de transporte rodoviário lidera o ranking de óbitos, acumulando 2.601 mortes em dez anos, o que representa uma média anual de 260 vidas perdidas pelas estradas do nosso país.

Neste 27 de julho, Dia Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho, conheça mais sobre formas de prevenção de acidentes de trabalho.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Juizes do Trabalho deverão comunicar imediatamente Ministério Público sobre ações trabalhistas de assédio eleitoral](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 30/07/2026

Sempre que uma ação trabalhista apresentar fatos que possam caracterizar assédio eleitoral nas relações de trabalho, o magistrado deverá comunicar imediatamente o caso ao Ministério Público do Trabalho (MPT) e ao Ministério Público Eleitoral (MPE). A medida foi publicada nesta terça-feira (28) na [Resolução CSJT n.º 452/2026](#), aprovada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

[TST mantém justa causa de bancário acusado de assediar cliente](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 30/07/2026

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de um bancário de Umuarama (PR) demitido por justa causa pela Caixa Econômica Federal (CEF) após denúncia de assédio a uma cliente. Ele alegava ter tido o direito de defesa prejudicado pela rejeição de seu pedido de perícia médica para provar incapacidade mental no momento da demissão. Para o colegiado, porém, as provas existentes no processo foram consideradas suficientes pelas instâncias anteriores.

[Liberação de passaportes de devedores trabalhistas depende da análise dos casos concretos](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 29/07/2026

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho julgou, numa mesma sessão, dois habeas corpus que pediam a liberação de passaportes apreendidos pela Justiça como medida coercitiva para pagamento de débitos



RADAR TRABALHISTA

trabalhistas. Um dos habeas corpus foi concedido, e outro não. A diferença está na fundamentação das respectivas sentenças, que explicitaram os motivos de cada medida.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Executivo

[Novo Caged: Mercado formal cria 921,6 mil empregos no primeiro semestre de 2026](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 29/07/2026

O mercado formal de trabalho registrou, em junho, saldo de 145.161 postos de trabalho, acumulando, no primeiro semestre do ano, 921.645 novos empregos, o que representa crescimento de 1,96%. Considerando os saldos dos últimos 12 meses (julho de 2025 a junho de 2026), a ampliação do emprego chega a 963.921 novos postos de trabalho, crescimento de 2,1% no período. Com isso, o estoque de empregos no país alcançou 48.032.308 vínculos trabalhistas.

[Conselho Curador aprova distribuição de R\\$ 13 bilhões do lucro do FGTS para 138,2 milhões de trabalhadores](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 28/07/2026

O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aprovou, nesta terça-feira (28), a proposta do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para a distribuição de R\$ 13.042.511.777,08 do resultado positivo do Fundo referente ao exercício de 2025. O valor corresponde a 89% do lucro apurado no período, de R\$ 14,7 bilhões, e será creditado na primeira quinzena de agosto para aproximadamente 138,2 milhões de trabalhadores que possuíam saldo em contas vinculadas do FGTS em 31 de dezembro de 2025.

[Curso aborda fundamentos da Segurança e Saúde no Trabalho e desafios das novas tecnologias](#)

Fundacentro - 28/07/2026

Estão abertas as inscrições para o Curso Básico de Segurança e Saúde no Trabalho (SST)

RADAR TRABALHISTA

– Temática 1: Introdução à SST: Histórico, OIT, Fundacentro e desafios das novas tecnologias, que será realizado nos dias 11, 12 e 13 de agosto de 2026, das 14h às 18h, nas modalidades presencial e on-line (Moodle). A atividade abordará aspectos históricos da Segurança e Saúde no Trabalho, o surgimento da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a legislação trabalhista em SST, a evolução das políticas de proteção ao trabalho e os desafios relacionados às novas tecnologias.

[Artigo analisa a insegurança de uso de limites de exposição ocupacional para cancerígenos](#)

Fundacentro - 28/07/2026

Usar Limites de Exposição Ocupacional como parâmetro para o controle da exposição dos trabalhadores a agentes cancerígenos é admitir a morte estatisticamente aceitável. É o que conclui o artigo A Insegurança do Uso do LEO para os Cancerígenos e a Prevenção, publicado na edição 526 da revista Cipa, de julho e agosto de 2026.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT atua para garantir oportunidades de trabalho a PCDs e reabilitados pelo INSS em Alagoas](#)

Ministério Público do Trabalho - 29/07/2026

Em 35 anos da Lei de Cotas (Lei nº 8.213/1991), o Ministério Público do Trabalho em Alagoas (MPT/AL) contabiliza 431 procedimentos relacionados à inserção de pessoas com deficiência (PCDs) e reabilitados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) no mercado do trabalho alagoano. Esse número é contabilizado através da Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades (Coordigualdade), operacionalizada pela instituição.

[Reunião discute reinserção social de presos e egressos por meio do trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 28/07/2026

A reinserção social do trabalhador e da trabalhadora presos ou egressos do sistema prisional por meio de atividades laborais foi defendida pelo procurador-geral do Trabalho, Gláucio Araújo de Oliveira, na terça-feira (28.7), durante reunião extraordinária do Conselho de Secretários de Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária (Consej).

[Ação do MPT impede uso de máquinas que ofereçam perigo aos trabalhadores de construtora em Santa Maria](#)

Ministério Público do Trabalho - 28/07/2026

Uma empresa do ramo da Construção Civil de Santa Maria, assumiu formalmente em um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado com o Ministério Público do Trabalho o compromisso de não utilizar equipamentos interditados nem vender ou repassar má-



RADAR TRABALHISTA

quinas irregulares para terceiros. Pelo disposto no acordo, uma máquina interditada por risco de acidente não poderá voltar a funcionar após uma troca de endereço ou a retirada de um lacre. Caso não haja como corrigir ou consertar os elementos de risco, a máquina deve ser desativada e sucateada. Essa medida visa ao fim da chamada “circulação de risco”, impedindo que equipamentos considerados perigosos sejam apenas removidos e revendidos para outra empresa, mantendo em outro local os mesmos riscos aos trabalhadores.

RADAR TRABALHISTA

Outras Notícias

[EPI eficaz e ruído: qual é a utilidade jurídica da prevenção?](#)

Consultor Jurídico - 02/08/2026

A recente decisão da 3ª Turma do TST (AIRR-372-37.2025.5.12.0058), que manteve a insalubridade para um operador do setor de cozidos de um frigorífico mesmo diante de laudo pericial que atestou a neutralização do ruído de máquinas pelo uso de protetores auriculares, reabre um debate crucial. Se a neutralização efetiva do agente físico por equipamentos de proteção individual não for capaz de afastar a caracterização da atividade especial para fins de aposentadoria e do adicional, surge uma pergunta inevitável: qual é, afinal, a utilidade jurídica da prevenção?

[Tomador de serviço não é responsável por descumprimento de acordo coletivo](#)

Consultor Jurídico - 30/07/2026

Não cabe a responsabilização subsidiária da tomadora do serviço no caso de descumprimento de obrigações assumidas pela empresa prestadora do serviço em convenção coletiva. A partir dessa premissa, o juiz Charbel Chater, da 22ª Vara do Trabalho de Brasília, condenou uma empresa a garantir o plano de saúde ambulatorial previsto em convenção coletiva aos seus empregados. Ele também determinou que a ré pague as multas previstas no acordo para o caso de descumprimento da cláusula.

[Demissão de empregados com humilhação causa danos morais, decide TRT-3](#)

Consultor Jurídico - 30/07/2026

A 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) manteve a condenação de uma instituição de ensino privada de Juiz de Fora (MG) ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 15 mil, a uma professora por considerar vexatória a

RADAR TRABALHISTA

forma como ela foi demitida.

[Passar demandas para empregado em licença médica configura danos morais](#)

Consultor Jurídico - 29/07/2026

A 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) manteve por unanimidade a condenação de uma empresa de apoio à educação ao pagamento de indenização por danos morais a uma trabalhadora que foi acionada durante o seu período de afastamento médico. Para o colegiado, a empresa extrapolou o poder diretivo ao demandar a empregada durante o período de licença por recomendação médica.

[Norma coletiva pode subtrair direito trabalhista previsto em norma regulamentar interna?](#)

Consultor Jurídico - 29/07/2026

Imagine a seguinte situação: uma norma regulamentar interna estabelece um direito trabalhista que se incorpora aos contratos dos empregados admitidos durante a sua vigência. Contudo, sobrevém uma norma coletiva eliminando tal direito. Diante desse conflito de normas, surge a dúvida: o direito se mantém ou foi eliminado?

[Prêmios por liberalidade e desempenho: aspectos trabalhistas e previdenciários](#)

Consultor Jurídico - 28/07/2026

No Direito do Trabalho, o nomen iuris atribuído a uma verba não lhe define a natureza: a causa do pagamento, sim. É nesse terreno que se decide a sorte do prêmio por liberalidade e desempenho. De um lado, se concedido por liberalidade do empregador, em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado, não integra a remuneração e, por consequência, não repercute nas demais verbas trabalhistas nem compõe a base de cálculo das contribuições previdenciárias.

RADAR TRABALHISTA

[Sair do PAT não livra empresa das regras. E riscos são maiores do que parecem](#)

Consultor Jurídico - 27/07/2026

Prestes a completar cinco décadas de existência, o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) acumulou uma densidade normativa que nem sempre é acompanhada com a devida atenção pelos departamentos jurídicos das empresas. Instituído pela Lei nº 6.321/76, o programa foi concebido para incentivar a alimentação adequada do trabalhador por meio de benefício fiscal ao empregador, viabilizado pela concessão de vale-alimentação (VA) e pelo vale-refeição (VR). Criou-se um mercado multimilionário relacionado à gestão desses benefícios.

[Desproteção contra demissão arbitrária e fomento à discriminação trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 22/07/2026

Recentes dados divulgados do Ministério do Trabalho e Emprego apontam que, de todas as despedidas sem justa causa, informadas entre 2020 a 2025, 4.907.693 ocorreram com mulheres. E desse espectro, 383.737 trabalhadoras tiveram o contrato de trabalho cessado sem justo motivo após o retorno da licença-maternidade. A Secretaria de Inspeção do Trabalho também pontuou que não houve detalhamento específico sobre despedidas ocorridas quando ainda em curso a garantia de emprego, que, na literalidade do artigo 10, II, b do ADCT da Constituição, é assegurada desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. A falta de registro acontece em razão de o eSocial não possuir campo específico para registrar gestação ou garantia de emprego.

[Pejotização em debate: Os impactos da retomada do Tema 1.389 do STF para as empresas](#)

Migalhas - 31/07/2026

A retomada da tramitação, pelo STF, dos processos relacionados à contratação de trabalhadores por meio de pessoa jurídica (PJ) recolocou em evidência uma das discussões

RADAR TRABALHISTA

mais relevantes do Direito do Trabalho contemporâneo: quais são os limites entre a liberdade contratual e a proteção ao trabalho? A suspensão nacional dos processos havia gerado grande expectativa no meio empresarial, sobretudo diante da ausência de uma definição definitiva acerca da licitude da chamada “pejotização”.

[Desembargador do TRT-2 diz que Gilmar é “inimigo número um da Justiça do Trabalho”](#)

Migalhas - 31/07/2026

O desembargador Daniel de Paula Guimarães, presidente da 1ª turma do TRT da 2ª região, afirmou que o ministro do STF Gilmar Mendes é “inimigo número um da Justiça do Trabalho” durante julgamento realizado no último dia 16. A declaração foi feita ao comentar críticas à atuação da Justiça do Trabalho e defender magistrados de acusações de morosidade.

[TRT-7 manda juiz reabrir produção de provas para ouvir perita](#)

Migalhas - 31/07/2026

A 2ª turma do TRT da 7ª região determinou a reabertura da instrução processual de ação trabalhista após concluir que a 12ª vara do Trabalho de Fortaleza descumpriu acórdão da própria Corte que havia determinado a realização de nova perícia e a produção de todas as provas necessárias para assegurar o contraditório e a ampla defesa no processo.

[Empresa indenizará funcionária obrigada a trocar de roupa sem privacidade](#)

Migalhas - 29/07/2026

A 3ª turma do TRT da 4ª região condenou uma empresa a pagar R\$ 10 mil por dano moral a auxiliar de produção submetida à troca de roupas em área aberta e coletiva do vestiário. Por unanimidade, o colegiado concluiu que a exposição da nudez, agravada por comentários depreciativos sobre o corpo das trabalhadoras, violou os direitos à intimidade e à dignidade.

RADAR TRABALHISTA

[Homem demitido por atestado falso aciona a Justiça e é condenado por má-fé](#)

Migalhas - 29/07/2026

A 5ª turma do TRT da 3ª região manteve condenação de trabalhador ao pagamento de multa por litigância de má-fé após ficar comprovado que ele apresentou atestado médico falso à empregadora e, posteriormente, tentou induzir o Judiciário a erro ao ajuizar reclamação trabalhista para reverter a demissão por justa causa.

[“Imitando Tim Maia”: Trabalhadora será indenizada por ofensas ao cabelo](#)

Migalhas - 28/07/26

A juíza do Trabalho substituta Marcella Alves de Vilar, da 1ª vara do Trabalho de Natal/RN, reconheceu a rescisão indireta do contrato de trabalhadora submetida a comentários reiterados e depreciativos sobre seu cabelo crespo, como “é bom que nem molha” e “está imitando o Tim Maia”. Para a magistrada, as manifestações atingiram característica física da empregada intimamente ligada à sua identidade racial, configurando prática discriminatória e falta grave patronal.

[Analista que trabalhou durante licença-maternidade será indenizada em R\\$ 14 mil](#)

Migalhas - 27/07/2026

Por unanimidade, a 5ª turma do TRT da 4ª região manteve indenização de R\$ 14 mil por danos morais a uma analista de logística que foi acionada para prestar serviços durante a licença-maternidade. O colegiado também determinou o pagamento da remuneração correspondente ao trabalho realizado no período, considerando dois dias de serviço por semana durante o afastamento.

[OIT: Compreender as diferentes formas de informalidade pode orientar respostas mais eficazes na América Latina e no Caribe](#)

RADAR TRABALHISTA

Organização Internacional do Trabalho - 30/07/2026

Os mercados de trabalho na América Latina e no Caribe deixaram para trás a fase de recuperação e entraram em um novo período, caracterizado pela crescente influência de fatores estruturais como a transição demográfica, as transformações tecnológicas e a persistência da informalidade, segundo um novo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O relatório intitulado “Tendências do Mercado de Trabalho na América Latina e no Caribe” ([Tendencias del mercado laboral en América Latina y el Caribe](#)) indica que a taxa de desemprego caiu para 5,3%, um dos níveis mais baixos das últimas décadas. Destaca também que a relação entre informalidade e produtividade exige políticas mais diferenciadas, que considerem as diversas habilidades e os desafios enfrentados por empresas e trabalhadores e trabalhadoras.

[CBIC divulga Radar Convenções Coletivas de junho](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 31/07/2026

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por meio da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC) apresenta mais uma edição do RADAR CONVENÇÕES COLETIVAS. O presente traz as informações das negociações concluídas no ano de 2026, até a data-base de junho de 2026, cujas convenções coletivas ou aditivos tenham sido registrados até 30 de junho de 2026.

[Para a CBIC, nova NR-10 reforça a prevenção de acidentes e exige planejamento das empresas](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 31/07/2026

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) considera que a nova redação da Norma Regulamentadora nº 10 (NR-10) representa um importante avanço para a proteção dos trabalhadores da construção civil. Para a entidade, a norma fortalece a prevenção de acidentes e a segurança nas atividades com eletricidade, mas também exigirá das empresas planejamento, investimentos na adequação de projetos e infraestrutura, além da capacitação das equipes.

RADAR TRABALHISTA

[Construção cria 168.962 empregos formais no primeiro semestre de 2026](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 30/07/2026

A construção civil criou 168.962 empregos formais no primeiro semestre de 2026, segundo dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), divulgados nesta quarta-feira (29) pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em junho, o setor também manteve desempenho positivo, com a abertura de 14.136 postos de trabalho com carteira assinada.

[SindusCon-SP: Programa de saúde e segurança do trabalhador da construção já capacitou 14,6 mil profissionais](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 29/07/2026

Promovida pelo SindusCon-SP, em parceria com o Seconci-SP, Sesi-SP e Senai-SP, a MegaSipat leva treinamento diretamente aos canteiros, permitindo que os profissionais recebam orientações práticas durante a jornada de trabalho. Neste ano, já foram capacitados 14.682 trabalhadores em 147 canteiros de obras, pertencentes a 57 empresas, em todo o Estado de São Paulo. Iniciada em 15 de junho, a ação segue até 14 de agosto.

[CBIC promove evento sobre impactos da redução da jornada de trabalho](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 28/07/2026

A possível redução da jornada de trabalho é um dos temas mais debatidos no país nos últimos meses no Brasil e a aprovação da medida no Congresso pode trazer consequências para o setor da construção. Para debater os efeitos da proposta e como as empresas devem se preparar para as mudanças trabalhistas, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) promove o workshop “Os Impactos Reais da Redução da Jornada de Trabalho nos Encargos Sociais – Uma Metodologia de Cálculo”, em parceria com o Sinduscon-SP, com correalização do Sesi e apoio da Pós-Graduação do Instituto Mauá de Tecnologia.

RADAR TRABALHISTA

[Seconci-PR alerta para impactos do absenteísmo na construção civil](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 27/07/2026

O absenteísmo, caracterizado pelas ausências frequentes ou prolongadas dos trabalhadores, está entre os principais desafios da construção civil. O problema afeta diretamente a produtividade, o cumprimento de cronogramas, os custos operacionais e a organização das equipes, além de evidenciar questões relacionadas à saúde e à segurança no ambiente de trabalho.

RADAR TRABALHISTA

Atos Normativos

[PORTARIA PRES/INSS Nº 1.988, DE 24 DE JULHO DE 2026](#) (DOU de 27/07/2026 Seção I Extra Pág. 01) - Altera a Portaria PRES/INSS nº 1.839, de 16 de maio de 2025, que estabelece o fluxo operacional para adesão, monitoramento e controle de resultados na gestão das filas extraordinárias e Pagamento Extraordinário do Programa de Gerenciamento de Benefícios do INSS;

[Resolução CCFGTS nº 1.157, de 28 de julho de 2026](#) (DOU de 30/07/2026 Seção I Pág. 120) - Autoriza a distribuição de parte do resultado positivo auferido pelo FGTS no exercício 2025, para crédito nas contas vinculadas de titularidade dos trabalhadores;

[PORTARIA MTE Nº 1.378, DE 29 DE JULHO DE 2026](#) (DOU de 30/07/2026 Seção II Pág. 69) - Âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, a Mesa Nacional Tripartite de Diálogo pelo Trabalho Decente em Grandes Eventos;

[PORTARIA PGFN/MF/Nº 2.281, DE 30 DE JULHO 2026](#) (DOU de 31/07/2026 Seção I Pág. 25) - Altera a Portaria PGFN/MF nº 2.093, de 14 de julho de 2026, que dispõe sobre a negociação de créditos inscritos em dívida ativa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e das Contribuições Sociais instituídas pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

[PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 1.349, DE 17 DE JULHO DE 2026](#) (DOU de 31/07/2026 Seção I Pág. 81) - Altera o Anexo I da Portaria Dirben/INSS nº 1.183, de 11 de dezembro de 2023, que trata do acesso a dados, da inscrição e da certificação do tempo de atividade dos indígenas, como segurados especiais, no Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai e suas Unidades Descentralizadas;

[PORTARIA SRTE-PE/MTE Nº 1.262, DE 14 DE JULHO DE 2026](#) (DOU de 31/07/2026 Seção I Pág. 98) - Esta portaria institui a criação do Fórum Estadual da Aprendizagem Profissional do Estado de Pernambuco (FORAP), estabelecendo-o como um espaço permanente para o diálogo



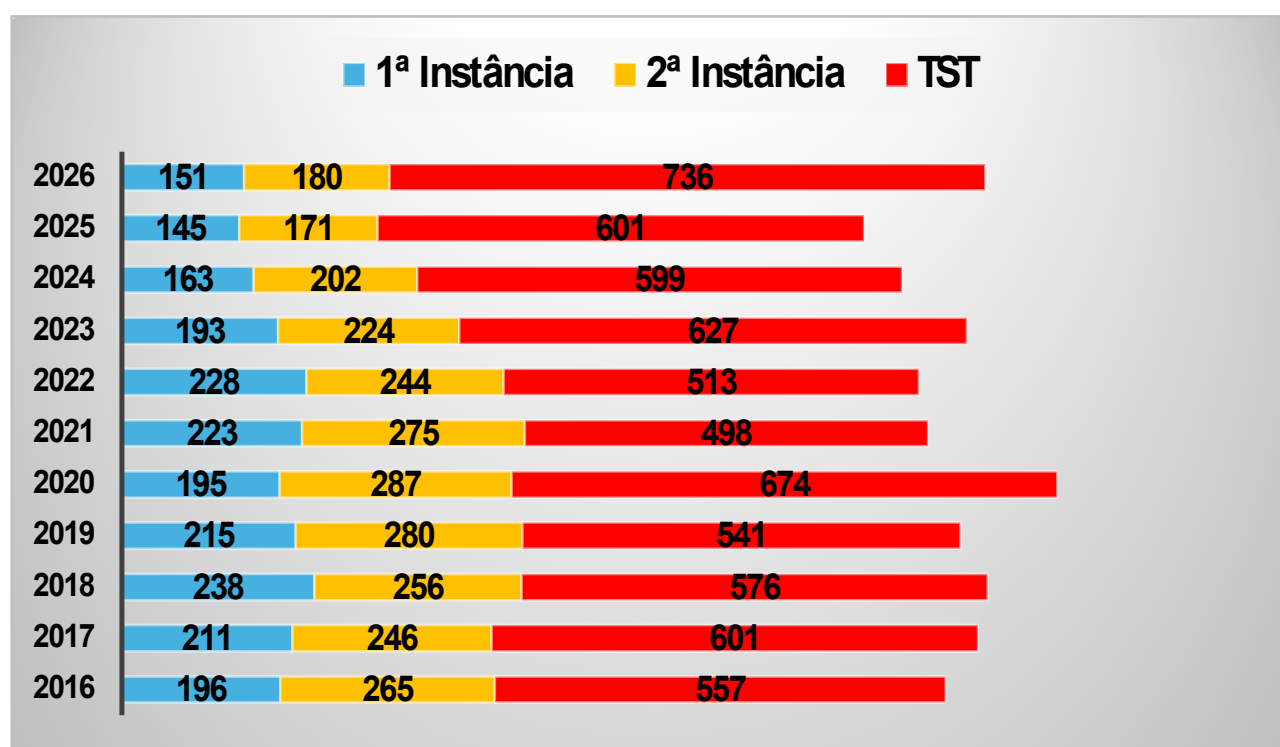
RADAR TRABALHISTA

go entre o governo, empresas e sociedade civil. O documento detalha a estrutura organizacional do órgão, que possui caráter consultivo e propositivo com o objetivo central de aprimorar as políticas de qualificação profissional e formação técnica para adolescentes, jovens e pessoas com deficiência, definindo as competências administrativas.

RADAR TRABALHISTA

Dados estatísticos do TST

Série histórica de tempo médio de tramitação (dias) de processos na Justiça do Trabalho até o ano de 2026 (junho):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

RADAR TRABALHISTA

Expediente

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC)

Renato Correia
Presidente

Fernando Guedes Ferreira Filho
Presidente Executivo

COMISSÃO DE POLÍTICA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin
Vice-presidente da CPRT/CBIC

Gabriela Serafim
Gestora de Projetos da CPRT/CBIC

QUEIROZ NETO ADVOGADOS

Clovis Veloso de Queiroz Neto
Consultor CBIC e Responsável Técnico